

Regresso ao “arrastão de Lisboa”: reflexões sobre epistemologia do jornalismo*

João Carlos Correia
Universidade da Beira Interior

Índice

1 A rede de facticidade	3
2 Desatando os nós da rede	5
3 <i>In Vídeo Veritas</i> : a imagem repõe a verdade	6
4 A construção social da realidade	7
5 Realidades múltiplas	12
6 O jornalismo e as realidades múltiplas: conclusão	14
7 Bibliografia	17

Introdução

Em Portugal, a recomposição da experiência cultural verificada em toda a Europa no decurso dos acontecimentos que conduziram à Guerra Fria, chegou como o corolário histórico de um vasto processo de alteração de estruturas conservadoras e anti-cosmopolitas, que prolongavam, no plano do imaginário

*Este texto baseia-se na comunicação apresentada no III Encontro da SPJor (Florianópolis), cuja transcrição integral foi publicada na Revista Estudos em Jornalismo e Mídia., Vol II, nº2, segundo semestre de 2005. A partir desta descrição procurou-se acrescentar mais alguns elementos de natureza contextual e reflexiva, desenvolvendo os argumentos apresentados naquela publicação.

cultural, o processo de legitimação ideológica do mais antigo império colonial do Velho Continente.

Em contraste com todo um passado que configurou a imagem do Português (branco, latino, católico, crente em Fátima) Portugal, num ápice, viu-se, primeiro, confrontado com as migrações provenientes dos novos países de língua portuguesa formados na descolonização e com as transformações associadas a estes fenómenos. Seguidamente, fez a sua entrada na União Europeia, com o conseqüente processo de chegada da sociedade de consumo fácil e do crédito barato. Finalmente, um conjunto de fenómenos como o fim da política de blocos, a redefinição de fronteiras, a persistência das correntes imigratórias provenientes dos PALOP's, e a intensificação do imigração proveniente do Brasil, do Leste e da Ásia contribuiu para uma completa alteração da identidade, confrontando o português com perplexidades difíceis de assimilar seja quanto à sua dimensão enquanto Nação, seja quanto à sua chamada “vocação histórica” como País, seja quanto aos seus costumes.

De Império Colonial transcontinental, Portugal passou a ser um pequeno país integrado num bloco económico e político mais

vasto. O seu paternalismo ideológico que conferia, através da invocação de uma missão histórica, evangelizadora e civilizacional, legitimidade ao Império foi desafiado por um discurso centrado num desenvolvimento económico, social e civilizacional que tinha como modelo as sociedades europeias em relação às quais tinha mantido um relativo isolacionismo e em que as auto-estradas, as vias rápidas do chamado ciclo do betão que durou entre 1985 e 1995, desempenharam uma função emblemática¹.

O papel da religiosidade tradicional e de um conjunto de virtudes ciosamente cultivadas pelas estruturas ideológicas dominantes como sejam a moderação, a poupança e a sobriedade foram desafiadas por uma nova sociedade de consumo que apenas dera passos tímidos nos anos sessenta.

Finalmente, as indústrias culturais, nomeadamente a Televisão, abandonaram o cinzento cultivado pela ditadura ao qual se seguiu o empenhamento cívico obrigatório mobilizado pela Revolução e pelos primeiros anos de experiência democrática. O Portugal do pós-ditadura foi também um Portugal de fortíssimas alterações na paisagem

¹Esta oscilação entre periferia e centralidade é o que Boaventura Sousa Santos chamou de “cultura de fronteira” e que se manifesta em fenómenos como sejam o desempenho simultâneo do estatuto de potencia imperial e de país periférico e atrasado perante as outras potencias europeias; ou o desempenho simultâneo do estatuto de colonizador e emigrante nas suas colónias, visível no facto de, no século XVIII, o trabalho português ter chegado a ser mais barato que o trabalho escravo (Boaventura Sousa Santos, *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*, Porto Afrontamento, 1994: 133). Portugal, no mesmo século oscilou da postura imperial para a cidadania europeia,. A proliferação de discurso identitários complicou a criação de uma imagem própria e a abertura à diferença.

audiovisual: primeiro com as novelas brasileiras, depois com a televisão a cores, de seguida com os canais privados e o aparecimento da informação de rosto humano, depois com formas de entretenimento populista que reflectiam costumes e gostos de franjas populacionais que jamais adquiririam visibilidade no serviço público televisivos (concursos, *reality-shows*, etc.).

Na verdade, as transformações institucionais (Revolução, descolonização e adesão à União Europeia) coincidiram com um momento de afirmação do liberalismo que teve uma das suas expressões mais significativas na desregulação da paisagem audiovisual. Trata-se de uma transformação que pode bem ser abordada por uma metáfora audiovisual: de país a preto e branco, transformase num país a cores. O pluralismo cultural, político e social fez-se sentir de forma tão intensa quanto foi antes precedida de um monolitismo centralizador ao nível das principais estruturas de coordenação da experiência colectiva.

Ao longo deste texto recorre-se a uma formulação teórica, a abordagem fenomenológica do mundo da vida e das realidades múltiplas, em que se fundamenta grande parte do modelo da construção social da realidade. Com esta abordagem, possuímos o enquadramento conceptual que nos pareceu adequado para referir um país em acelerada mutação cultural como um espaço onde o mundo da vida, de repente, se confronta com a insegurança das suas estruturas tidas por adquiridas e em que surgem novos enclaves de significado dotados de novos modos de observar, e de novas e diversificadas capacidades de simbolização. Concretizando, as novas províncias de significado finito dizem respeito ao surgimento de uma esfera pública

pluralista e à erupção de várias expressões da quotidianidade que impedem a consideração de um único mundo da vida: entre outras, as novas afirmações identitárias resultantes de três décadas de movimentos migratórios complexos (refugiados do processo de descolonização, regresso dos ex-emigrantes portadores de novos estilos de vida, início dos novos movimentos migratórios provenientes da Europa de Leste e da América Latina). Assistiu-se enfim, ao fim do monolitismo étnico e religioso e, finalmente, às transformações pós-modernas que conduziram à emergência de todo um conjunto complexo de fenómenos que Giddens (1997) designa por “políticas da vida”.

Um caso de estudo em que se faz sentir as contradições e perplexidades de uma sociedade onde convivem atitudes diferenciadas perante esta sucessão de mutações culturais diz respeito ao chamado *arrastão da Praia de Carcavelos*, alegadamente verificado no Dia de Portugal (10 de Junho) que teria envolvido segundo os *media*, cerca de 500 jovens africanos de bairros circundantes de Lisboa. Apesar da comoção que percorreu o país e apesar das muitas horas de debate e de análise sobre o “acontecimento”, um mês depois, o relato mediático da ocorrência foi desmentido oficialmente por um Relatório apresentado pelos próprios comandos policiais.

A representação do chamado “arrastão” pelos *media* nacionais demonstrou as perplexidades com que se defronta a representação das identidades e das etnias e evidenciou a sobrevivência de tiques antropocêntricos e até de racismo ou de xenofobia subliminares ou manifestos que se evidenciam quando um acidente traz à tona a natureza multicultural da metrópole portuguesa. Especial-

mente, significou a utilização de um enquadramento que sintetiza um conjunto de estereótipos que reflectem os fantasmas e as angústias de uma metrópole que ainda não assimilou circunstância da sua identidade plural.

Para analisar o fenómeno, recorreu-se aos telejornais de 10 de Junho dos três principais canais portugueses – Rádio Televisão Portuguesa (RTP), Sociedade Independente de Comunicação (SIC) e Televisão Independente (TVI) – e à leitura de três dos principais diários portugueses: O PÚBLICO, Diário de Notícias (DN) e Correio da Manhã (CM). Incidimos a atenção em três momentos principais: a) a cobertura do acontecimento e os dias subsequentes; b) o momento que medeia entre as primeiras dúvidas sobre o que se passou na praia até à saída de um vídeo que desmonta as primeiras versões (17 a 30 de Junho) e c) os acontecimentos que culminam no relatório do Comando da Polícia de Segurança Pública que desmente a existência de um *arrastão* (30 de Junho a 19 de Julho). Deu-se alguma atenção à detecção (não exaustiva, mas a nível de exemplos) de estratégias enunciativas, partindo do pressuposto segundo o qual é através da Retórica dos *media* que em grande parte se produz a construção social da realidade.

1 A rede de facticidade

O “arrastão” da Praia de Carcavelos iniciou o seu ciclo de vida como acontecimento mediático, na tarde de 10 de Junho, Dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas. As Televisões anunciaram em *flashes* noticiosos e na abertura dos Telejornais das vinte horas um roubo organizado de grande dimensão que se teria verificado na Praia de Carcavelos. Segundo a RTP, “Ao princípio da

tarde, grupos de 30 a 50 jovens em simultâneo e de uma forma aparentemente organizada desataram a assaltar e a agredir os banhistas em diversos locais da praia. Foram chamados 30 polícias mas eram trinta contra muitos mais e chegaram tarde” Para a SIC, foi uma “cena de filme”: “Um grupo de cerca de 500 jovens, entre os doze e os vinte anos, invadiu o areal ao início da tarde, agredindo e roubando os banhistas.”. Para a TVI, foi “uma tarde de terror e pânico em Carcavelos. Centenas de jovens atacaram em grupo e roubaram tudo aos banhistas que estavam na praia. Agindo como um bando organizado, os jovens cercavam os banhistas e roubavam tudo o que podiam, Em caso de resistência, ameaçavam e agrediam com armas brancas.”

A TVI e a SIC recorreram ao uso de fotografias que mostravam a violência do ataque e o *modus operandi* que teria começado com dois tiros para o ar. Segundo a RTP, as fotos mostram a quantidade impressionante de banhistas que foram completamente apanhados de surpresa. Segundo o CM do dia seguinte (11 de Junho de 2005), “O terror instalou-se quando cerca de 500 rapazes e raparigas, organizados em vários grupos, começaram a ‘varrer’ a praia de Carcavelos, onde estavam milhares de pessoas, roubando e agredindo quem apanhavam pela frente. Por momentos, foram muitos os que se lembraram do ‘arrastão’ frequente em praias brasileiras.” Para O PÚBLICO (11 de Junho de 2005), “nunca se tinha visto uma coisa assim. Ontem, meio milhar de jovens, entre os 12 e os 20 anos avançaram pelo areal de Carcavelos e, até chegar a polícia, roubaram o que quiseram aos banhistas que ali gozavam o feriado.” Para o DN, “a praia de Carcavelos foi invadida por uma onda de assaltan-

tes”. Numa caixa, afirma-se mesmo “Acto terá sido preparado”.

Várias certezas foram consolidadas no primeiro dia, originando uma rede de facticidade cujos principais nós assentavam em pressupostos. Houve um arrastão que mobilizou centenas de pessoas que roubaram e agrediram quem aparecia pela frente. Os números e a dimensão foram firmemente estabelecidos. A sua definição como “o arrastão da Praia de Carcavelos” foi tacitamente aceite pela utilização do artigo definido. O acontecimento provocou terror. A grande maioria dos envolvidos no chamado “arrastão” era africana. Estes dois factos – o “terror” e a origem étnica dos criminosos eram comprovados por fotografias (...) os cerca de 500 jovens que semearam o pânico na praia de Carcavelos são oriundos de vários bairros problemáticos da Grande Lisboa, em especial de zonas como a Amadora e Chelas.” As fotografias divulgadas na TV (RTP, SIC, e TVI) e na primeira página do CM, DN e de O PÚBLICO não deixavam dúvidas nomeadamente quanto à cor dos “assaltantes”.

Rapidamente, estes pressupostos originaram uma cascata de deduções. Se X era tido por adquirido e como tal dado como uma evidência incontornável, todo o enredo seria uma consequência ou uma explicação dos “factos”. Como poderia um acontecimento de tamanhas proporções – a acção violenta de pessoas das mesmas etnias provenientes dos mesmos bairros concentrados na mesma praia – ser produto do acaso? Logo, gerou-se a suspeita de uma acção organizada: O CM titula em vermelho no dia 11 “Polícia investiga organização” O fundamento para este título é encontrado em declarações de um responsável da PSP: “Acho difícil que se trate de coincidência estar toda esta gente na praia

e acontecer uma coisa destas”, referiu ao CM um outro responsável da PSP.

Rapidamente se passou à escuta de especialistas. Rui Pereira, de 48 anos, professor de Direito e especialista em assuntos de segurança, ex-director do SIS e do Observatório de Segurança considera que “ não pode haver contemplanções em relação a este tipo de incidente.”, Porém, reconhece explicitamente que não presenciou e se pronuncia apenas sobre os dados que lhe são facultados. Moita Flores, Criminologista, afirmou à RTP tratar-se de uma combinação entre *gangs* que se reuniram na praia organizados num mimetismo de um fenómeno bem conhecido das praias do Rio de Janeiro. Barra da Costa, autor do livro *O Gang e a Escola* declara a Céu Neves do DN (11 de Junho de 2005) “Podemos falar de uma reacção anti-social típica de um contexto de delinquência juvenil, mas resta saber se este acto não foi preparado.”

Nos dias seguintes, fala-se de uma ameaça de *arrastão* nas praias do Algarve e da capacidade da GNR em anular nova tentativa. Assim, “o susto dos assaltos em grupo chega à Quarteira” (O PÚBLICO, 12 de Junho de 2005). Segundo este jornal, “(...)um grupo de cinquenta jovens, após uma rave numa discoteca de Vilamoura, invadiu a praia, lançando o pânico entre banhistas e comerciantes locais”. O DN (12 de Julho de 2005) registava precisamente a mesma história: “Tudo aconteceu pelas 11 horas, quando cerca de 50 jovens, na sua maioria rapazes, entre os 23 e os 25 anos - muitos dos quais residentes no Bairro da Cova da Moura – após terem passado a noite numa *rave party*, perto de Vilamoura, provocaram descatos daquela praia no Concelho de Loulé”. O CM titula “Arrastão: GNR Trava Onda em Quarteira” (Praia da Zona

Turística do Algarve) e dedica uma página a esta matéria.

Nos dias seguintes, registam-se vários tipos de enunciados relativos a esta matéria: entrevistas com responsáveis que apresentam planos para aumentar o policiamento e com dirigentes da oposição que fazem chamadas de atenção ao Governo (O PÚBLICO, 12 de Junho de 2005 DN, 12 de Junho de 2005), notícias sobre o prejuízo do *arrastão* para a indústria turística.(CM 12 de Junho de 2003). O *dossier* elaborado por este jornal chama-se Terror na Praia.

A estratégia de verificação seguida pelos *media* incluiu vários níveis de intervenção: a) Recurso a um acontecimento semelhante que servisse de modelo para o acontecimento agora verificado, exemplo típico da chamada tipificação estudada noutro contexto por Gaye Tuchman; b) A apresentação de dados que possuem uma conotação objectiva óbvia: números; c) A apresentação de fontes credíveis: a PSP; d) O recurso a testemunhas; e) o recurso a especialistas que comentam os factos; f) A apresentação de provas: fotografias e um filme.

2 Desatando os nós da rede

A polémica sobre a existência do *arrastão* eclodiu pouco tempo depois dos acontecimentos: No dia 17 de Junho, o Comando Metropolitano da PSP de Lisboa prestou esclarecimentos dos quais se reproduzem as seguintes citações, a partir do despacho da LUSA e de notícia do PÚBLICO: a. “(...) De um grande grupo de 400 ou 500 pessoas só 30 ou 40 praticaram ilícitos”, b. “Muitos jovens que apareceram em imagens televisivas e fotográficas a correr na praia de Carcavelos, naquele dia, não eram assaltantes,

mas tão só jovens que fugiam com os seus próprios haveres" c. "(...)os assaltos também terão sido decididos na altura na praia e não fruto de uma organização mais elaborada que levasse centenas de pessoas a Carcavelos com intuítos criminosos".

No dia 21 de Junho, o Alto Comissariado para a Emigração e as Minorias Étnicas lamenta "o enorme impacto negativo dos erros jornalísticos cometidos na cobertura dos acontecimentos".

Em 22 de Junho, Nuno Severiano Teixeira, ex - Ministro da Administração Interna lamentava que a cobertura mediática evidenciasse a ignorância sobre a configuração da delinquência juvenil e em especial, sobre suas causas (DN, 22 de Junho de 2005). No dia 24 de Junho, o DN publica uma carta de Heliana Bibas e Luís Leiria, respectivamente Presidente e Vice-Presidente da Casa do Brasil, que se insurgiam contra a hipérbole que transformava o "arrastão" numa prática frequente no Brasil, contra a qual o Presidente Lula chegara a criar uma força de mil homens para intervir em qualquer ponto do País. Os subscritores consideravam que este tipo de cobertura evidenciava um preconceito contra o Brasil, aliada à ignorância.

Ao mesmo tempo, "esquerda" e "direita" mobilizam argumentos contraditórios. A direita assume um discurso de apelo à vigilância policial e centrado nos valores de segurança e de protecção das pessoas e bens, acusando a esquerda de pretender desculpabilizar os actos violentos. A esquerda acusava a direita de esconder as causas sociais que se encontravam por detrás da violência nos bairros problemáticos da capital Nalguns casos, este discurso atingiu os limites de algum branqueamento como se não tivesse havido nem naquela nem em outras ocasiões qual-

quer tipo de violência de grupo protagonizada por etnias. Porém, o discurso da direita era mais linear e acusatório, menos problematizante e por isso, mais colado à rede de facticidade oficial. A construção social da realidade era feita com a interferência do sistema político que enquadrava os acontecimentos que supunha terem-se passado no plano estratégico da luta ideológica. A existência ou não dos acontecimentos – quando a dúvida se começou a instalar - foi objecto de uma apropriação argumentativa. A existência do acontecimento reforçava o discurso da direita securitário e a histeria xenófoba da extrema-direita que entretanto chegara a conduzir manifestações contra a presença de emigrantes africanos em Portugal. A sua "não-existência" tornava-se, também ele, um argumento brandido para justificar a retórica de combate ao racismo e para denunciar os propósitos intolerantes da direita.

3 *In Vídeo Vertitas: a imagem repõe a verdade*

Da mesma forma que as televisões criaram o acontecimento já que foram as únicas que o "transmitiram" – ou seja deram imagens editadas e comentadas de um modo que reforçava o que fora dito, tendo os jornais limitado a corroborar – seria, curiosamente, a uma jornalista de televisão que competiria um papel importante no desmascaramento da peça.

No dia 30 de Junho, o Observatório da Emigração exhibe o filme "Era uma vez... Um Arrastão" de Diana Andringa, jornalista da RTP, e ex-Presidente do Sindicato dos Jornalistas. O documentário inclui vá-

rias entrevistas que já traduzem dúvidas significativas sobre a existência do Arrastão, e refere a documentação já existente que questionava o relato mediático da história. No dia 7 de Julho, Diana Andringa, entrevista o Comandante Metropolitano de Lisboa da PSP, o qual diz que. “não houve arrastão no sentido de um grupo organizado que fez um arrastão ao longo da praia” Oliveira Pereira disse mesmo: “isso já eu sabia cerca de uma hora depois eu. Porém, quando quis transmitir para esclarecer melhor o comunicado e nunca o consegui.” Quanto ao filme e fotografias diziam, sobretudo, respeito a pessoas a fugir defendendo os seus haveres. A entrevista percorre a Internet, primeiro e acabou por ser divulgada no semanário o EXPRESSO, a principal publicação do País, propriedade do Grupo Impresa de Pinto Balsemão no dia 9 de Julho (DN, 12 de Julho de 2005). O EXPRESSO realizou no dia 9 a sua manchete principal com o título “Polícia “Desdiz Arrastão”. Em 12 de Julho, Miguel Gaspar publicava no DN o texto “O Estranho Caso do Arrastão que morreu na praia...”. Alcides Vieira, Director de Informação da SIC afirma que a estação desmontou os acontecimentos na segunda-feira seguinte e interrogou-se acerca de como era possível 500 pessoas chegarem à praia sem darem por isso. Admitia que era mesmo um erro ter utilizado a expressão Arrastão nos oráculos dos Telejornais.

No dia 19 de Julho, a PSP nega, finalmente, de forma oficial, a existência de qualquer arrastão na Praia de Carcavelos, num relatório apresentado publicamente à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. No documento assegura-se “ que as primeiras informações fornecidas que davam conta de um enorme

arrastão a ocorrer na praia de Carcavelos não se confirmaram”.

4 A construção social da realidade

O caso do “arrastão” permite exemplificar, de modo flagrante, a problemática da construção social da realidade. Na perspectiva fenomenológica da construção social da realidade, analisa-se um recurso às tipificações da experiência que são socialmente objectivadas, na medida em que se tornam componente de um *a priori* social. É aqui que os *media* se tornam especialmente importantes na distribuição do conhecimento socialmente disponível. A construção de tipificações é uma espécie de cristalização da experiência que permite conferir estabilidade à vida social. O estilo cognitivo do mundo na vida quotidiana é a atitude natural a qual evoca um interesse pelo mundo de natureza pragmática e utilitária. (Schutz, 1976: 72). A atitude natural trabalha com a “certeza” dos agentes, operando pragmaticamente na relação com o mundo social.

Tal atitude supõe uma premissa de confiança na permanência das estruturas do mundo. Confia-se em que o mundo tal como tem sido conhecido permanecerá e que, o acervo de conhecimentos obtidos formado pela experiência continuará a preservar a sua validade fundamental (Schutz e Luckmann, 1973:7) A familiaridade do mundo implica um padrão organizado de rotina (Schutz, 1976: 108) aprendido a partir do conhecimento de “receitas” e comportamentos típicos (Schutz, 1975 b: 94-95). A tipificação é um modo de classificação em que são tidas em conta certas características básicas para a

solução das tarefas práticas que se apresentam aos actores. Em face de cada nova situação, o actor agirá do mesmo modo partindo do princípio de que as coisas se apresentarão idênticas àquelas que se apresentaram da última vez.

Quando pensado em relação ao jornalismo, o recurso a esquemas cognitivos marcados por esta busca de familiaridade e tipicidade conduz a uma visão convencional associada ao senso comum. Analisando os precedentes enquanto modelos estabilizadores de todas as formas de relato de acontecimentos idênticos ou semelhantes (existiu um Watergate que precedeu numerosos casos de jornalismo investigativo como o Irangate), detecta-se um conjunto de procedimentos, fórmulas discursivas, técnicas narrativas e descritivas que se repetem, parecendo, de certo modo, estarem escritos antes de serem efectivamente escritos. Ou seja, parecem ser os acontecimentos que aderem a fórmulas narrativas pré-existentes e não o contrário.

Se as notícias são um método altamente institucionalizado de tornar a informação disponível aos consumidores, praticado por profissionais que trabalham em organizações, têm necessariamente de reflectir nas suas escolhas e na sua estrutura as práticas institucionais da profissão. A organização narrativa acaba por reflectir uma espécie de profissionalismo anónimo, onde se inscrevem a marca de procedimentos rotineiros, de fórmulas consagradas, de lugares comuns facilmente reconhecíveis. As especializações podem ser ignoradas se necessário. Todos devem ser capazes de fazer o trabalho de qualquer um dos outros, independentemente do facto de cada um deles estar prioritariamente indicado para proceder à cobertura de

notícias destinadas a uma certa secção. “Citando alguns repórteres, cada um tem de ser um profissional capaz de cobrir toda e qualquer coisa porque cada um deles pode ser indicado para proceder à cobertura de qualquer assunto em qualquer momento.” (Tuchman, 1978:67).

A prática procede ao estabelecimento de um conjunto de procedimentos e de formatos tendentes a assegurar a cobertura de determinados assuntos e, em especial, de determinados factos, que implicam o recurso à experiência acumulada para permitir a estabilidade na sua abordagem. As formas de construção da realidade informativa definem-se como o resultado de um conjunto de rotinas profissionais e de práticas discursivas, que funcionam como tipificações da realidade. As rotinas, enquanto padrões comportamentais estabelecidos, são, entre os processos de fabrico da informação jornalística, os procedimentos que, sem grandes sobresaltos ou complicações, asseguram ao jornalista, sob a pressão do tempo, um fluxo constante e seguro de notícias e uma rápida transformação do acontecimento em notícia (Traquina, 1993:32-33). Uma tipificação refere-se a determinadas características relevantes para a solução de problemas práticos encontrados na actividade quotidiana (Tuchman, 1978:50).

É a existência da tipificação que permite transcender momentos particulares da acção para se atingir o significado que cada tipificação das acções possui para o conjunto dos actores sociais (Saperas, 1993: 148), auxiliando o jornalista na construção de uma narrativa estandardizada e padronizada pensada de modo a superar os constrangimentos espaciais e temporais e conquistar o agrado por parte das audiências. Ser um jornalista

profissional significa ser capaz de utilizar tipificações para invocar técnicas de reportagem adequadas. Deste modo, os próprios “furos” jornalísticos, susceptíveis de alterar as rotinas diárias, pressupõem um saber de reconhecimento e uma capacidade de recorrer a precedentes que permitem reconhecer a ocorrência, enquadrá-la, no sentido em que se procede a uma comparação mental – quase inconsciente – com as situações idênticas ou similares, previamente verificadas, trabalhá-la de acordo com os procedimentos e fórmulas que as situações anteriores determinaram como mais adequadas, tornando-a assim, num acontecimento susceptível de ser facilmente compreendido pelas audiências, depois de facilmente caracterizado pelo jornalista.

É, pois, o conjunto de tipificações a que se procede no decurso da actividade profissional que permite ao jornalista agir “como sempre” em face de circunstâncias idênticas, tipificando a ocorrência com o recurso a um conjunto de conhecimentos pré-adquiridos.

. Como escreveu um colunista, no 11 de Setembro, os primeiros momentos que se seguiram à percepção da tragédia foram dedicados, à busca de comparações: para alguns era o acontecimento mais horrível desde a morte de J.F. Kennedy. Outros referiam Pearl Harbour. Outros indicavam outras datas: a crise dos reféns no estádio Olímpico de Munique em 1972, a explosão do Challenger, a morte de Diana e o tiroteio na escola de Columbine. Porém, havia uma forte necessidade de saber qual era o papel dos jornalistas: ajudar a passar da crise à continuidade. Sob o feito do trauma houve que reinventar a rotina: com esse fim as prioridades das organizações mediáticas foram rapidamente reorganizadas de forma a conse-

guir produzir “uma estória de convergência” (Zelizer e Allan, 2003: 3, 8). No caso em apreço, o “arrastão” e das praias do Rio de Janeiro foi o precedente usado para conferir aos jornalistas uma “história de convergência” que assegurasse a sintonia com um precedente. As notícias correspondem à inscrição dos acontecimentos numa certa ordem significativa que corresponderia à ordem dominante.

Simultaneamente, as tipificações e a instauração de rotinas e de precedentes auxiliam a possibilidade de criação de horizontes de significação comuns, construindo a sociedade como um consenso, um consenso que admite uma certa conflitualidade desde que este não ponha em causa o sistema central de valores elevando as ordens políticas e económicas dominantes para o plano da universalidade. As vozes dos *media* com maior capacidade de influência e de penetração instituem uma trama narrativa que parece destinada a restringir o significado, unir os fios soltos da interpretação, apresentar uma visão da nossa sociedade na qual existem formas institucionalizadas de conflito, mas sem contradições fundamentais. Pretende-se fazer crer que um modo de ver historicamente determinado corresponde à representação natural, “verdadeira” da sociedade, elevando essa representação a um plano de universalidade que supera as dificuldades de percepção, as tensões sociais e as particularidades fracturantes.

No decurso deste processo, o jornalista recorre a dispositivos retóricos, estereótipos que se expressam em determinadas convenções narrativas (susceptíveis de serem estudadas ao nível do discurso) e organizacionais (práticas diárias) que se expressam, se tornam visíveis nos valores notícias e na no-

ticiabilidade. Carecendo da surpresa e da novidade, o jornalismo pretende pôr, também, ordem no mundo, superando a ameaça constante da contingência. O valor-notícia da consonância recorrentemente citado por alguns sociólogos da Comunicação como um bom motivo explicativo do que terá ocorrido em Carcavelos pode justamente ser referida a esta necessidade de recorrer a tipificações.

No caso do “Arrastão de Carcavelos”, a explicação mais sofisticada adiciona-se outra mais comezinha que não entra necessariamente em contradição com a primeira. O Dez de Junho devia ser um “dia sem notícias”, no início de um fim-de-semana prologado com poucos jornalistas na redacção. Nestas circunstâncias, o jornalismo fica mais dependente de rotinas e de fontes oficiais, recorrendo a estereótipos que se reconhece como sendo mais facilmente consumíveis pelas audiências. Porém, esta resposta não desculpa e só por si não explica porquê e como certas tipificações se formam e não outras. Como afirma Miguel Vale de Almeida, o “Arrastão surgiu porque o país estava preparado para ele” (Cfr. Entrevista em *Era uma Vez ... Um Arrastão*). O posicionamento adoptado pelos jornalistas não significa um compromisso. Porém, pode traduzir-se num empenhamento involuntário que reflecte o que se considera como óbvio e consensual, susceptível de ser estabelecido como um facto e perante o qual se não fez intervir o papel crítico da investigação.

Ao longo da detecção das estratégias enunciativas considerou-se o caso da citação, em relação à qual é possível pensar em duas situações limite: a ausência de encaideamento entre os dois discursos, existindo apenas uma relação entre discursos autónomos num plano exterior ao enunciado ou a

intertextualidade pura que consiste na fusão de dois discursos numa estrutura homogénea (Cfr. Rebelo, 2000: 67). Tendo estes dois modelos por horizonte, é fácil verificar que as entrevistas (caso em que o jornal enuncia o dito e quem o disse, o que permite a identificação da intencionalidade subjacente ao acto de dizer), são guardadas para os especialistas e as testemunhas que classificam claramente o acontecimento como arrastão, cobrindo com a sua autoridade de peritos, a definição do evento. Já nas descrições do que ocorreu, há uma intertextualidade em que ecoam vozes de testemunhas nem sempre identificados pelos jornais. Finalmente, há um claro défice de diversidade: todas as entrevistas dizem respeito a criminalistas, advogados, polícias, especialistas em segurança, autarcas, preocupados com o turismo, e comerciantes, preocupados com o negócio. Não há, por exemplo, entrevistas com membros das Associações dos bairros problemáticos de onde provinham os jovens que participam no assalto.

Outra estratégia enunciativa detectada é a pressuposição. Segundo Strawson (citado por Rebelo, 2000: 91), uma proposição A pressupõe uma proposição B, se a verdade de B for uma condição da falsidade ou da verdade de A. Uma entrevista publicada no CM de 4 de Julho ao Comandante da Brigada nº 4 da Guarda Nacional Republicana a que caberia a intervenção no policiamento das praias tem um título a toda a largura da página: “PREPARADOS PARA ARRASTÕES”. Na verdade o Comandante dissera “eventuais arrastões” e falou em resposta a uma pergunta feita pelo jornalista que já continha o pressuposto: “Como é que a Brigada nº 4 da GNR preparou a época balnear face aos “arrastões”?”. É como se toda a preparação da

época devesse contar com este dado apriorístico: a existência desta forma de criminalidade em Portugal. Esta consideração do “arrastão” torna-se uma pedra de toque que, uma vez movida do lugar, faria ruir toda a cobertura mediática: “Uma semana depois, as marcas deixadas pelo trauma do arrastão ainda são bem visíveis na praia de Carcavelos, nos arredores de Lisboa.” (CM, 10 de Junho de 2005). De certa forma, o artigo definido parece uma cerca que define os limites daquilo que era pressuposto. Esta pressuposição torna-se a trave de um raciocínio invertido: “como houve um arrastão deverá ter havido muitos roubos. Se houve poucas queixas na polícia, foi porque as vítimas tinham medo de apresentar essa queixa. Não porque não tenha havido roubos. Daí ser necessário fazer um apelo às vítimas para que apresentem queixa à polícia, nunca admitindo que era o pressuposto que estava errado. “Participações são em número reduzido”, logo “PSP PEDE AJUDA ÀS VÍTIMAS”.

A pressuposição implica a relação com o ponto anterior sobre a citação e a intertextualidade: há uma imposição do vocabulário do jornal. São situações em que a assimilação do discurso da fonte faz com que a relação estabelecida entre o enunciado primário e o enunciado portador se aproxime da fronteira que separa a citação da intertextualidade. Para além de “o arrastão”, comum a todos os jornais, há títulos exemplares: “Terror na Praia”, “Marginais são de fora de Cascais” (CM, 11 de Junho de 2002). Há outras situações: o título “PSP investiga organização” resulta apenas de uma citação policial manifesta surpresa pelo número de jovens envolvidos. Lembramo-nos, assim, que na actividade quotidiana de produção noticiosa, a potencial abertura dos significados

é objecto de um processo de uniformização do significado em detrimento da pluralidade significativa verificando-se, por vezes, a imposição de um processo de “leitura preferencial” (Hartley, 1990: 63).

Finalmente, este processo de leitura preferencial denota-se em estratégias de autentificação que conferem certa evidência à reprodução da realidade. Desde logo, destaquem-se a redundância e as histórias paralelas. A redundância ou seja, os processos pelos quais se procede à fixação e repetição do sentido desenvolve-se no *lead*, nas gravuras e respectivas legendas nos títulos e entretítulos. As histórias paralelas são, normalmente, peças jornalísticas que acompanham a peça principal e onde o evento e o protagonista são referidos de modo abundante. A fotografia é acompanhada de legenda: “A polícia estima que eram mais de 500 os assaltantes com idades compreendidas entre os 13 e os 20 anos., de uma caixa que indicia a possibilidade de premeditação e da invocação de testemunhos (DN, 11 de Junho de 2002).

Duas últimas observações dizem, ainda, respeito ao modo como o jornalismo intervém na construção social da realidade: no caso do arrastão tornou-se flagrante o modo como os jornalistas são mais sensíveis ao acontecimento do que à interpretação de um tema. Por outro lado, denota ainda como certos eventos remetem para uma forma canónica de relato que, apesar de relativas *nuanças*, é transversal ao jornalismo popular-sensacionalista e ao jornalismo de referência. As rotinas do trabalho jornalístico “estão mais orientadas para a cobertura e tratamento do que é pontual e episódico, do que para o que se processa ao longo do tempo” (Correia, 1997:78). Deste modo, as poucas tentativas para descrever um tema com mais

aprofundamentos são geralmente desprovidas de sistematicidade e pouco incisivas. Em segundo lugar, haverá que considerar a ideia de enquadramento, como uma ideia central e organizadora que configura a percepção do acontecimento, dando mais visibilidade relativa a uns elementos em detrimento de outros, sugerindo explicações, causas e até avaliações normativas sobre o evento reportado. No limite, o enquadramento pode mesmo apresentar-se como uma estrutura profunda que remete para um substrato ideológico mais abrangente que contém instrumentos para a avaliação de uma situação. (Silveirinha, 2005). Originalmente formulado por Goffman (1976), o conceito de enquadramento, ou *frame*, refere-se ao uso de quadros interpretativos construídos socialmente e que, ao colocarem os indivíduos sob referências partilhadas, lhes permitem dar sentido às relações sociais. A teoria de Goffman constituiu um marco importante no desenvolvimento do conceito, designadamente ao proporcionar a sua definição de como padrão persistente de selecção, apresentação, ênfase e interpretação de eventos através dos quais os jornalistas organizam a sua representação discursiva (Gitlin, 2003).

Finalmente, a noção de enquadramento permite a sua articulação com a ideia de interpretação, ultrapassando assim os elementos mais redutores da teoria do agendamento. A través do enquadramento, um tema que se cruza, na origem, com a fenomenologia da sociedade, a noção de tipificação articula-se com a de ideologia.

5 Realidades múltiplas

A teoria das realidades múltiplas ao chamar a atenção para a pluralidade de estilos cog-

nitivos descobre a possibilidade de estudar formas de racionalidade diversas: o lugar de integração e de socialização é também espaço de poder e de exclusão. Cada mundo da vida integra os que dele fazem parte e exclui, como é óbvio os restantes. Afinal o que se entende por quotidiano é constantemente rodeado por experiências diversas que ameaçam o que temos por adquirido. A vida cívica e o espaço público nesta análise emergem como uma província de significado finita dotada de um elevado grau de diferenciação em relação à quotidianidade. O mundo da vida é o lugar da cultura e da socialização: o espaço da pertença. A atitude cognitiva própria do mundo da vida é a atitude natural, o reconhecimento da familiaridade e da tipicidade. A atitude cívica e o espaço público implicam a abertura à diferença e são um espaço de desenraizamento e de imaginação emancipatória.

No caso do “arrastão”, os *media* oscilaram entre a visão relativamente natural do grupo hegemónico e construíram uma narrativa que, de certa forma, reflecte um entendimento da identidade portuguesa. Porém, quando questionados pela intervenção cívica e pelo debate público, os *media* tiveram que se abrir a realidades diversas. Nos dias que medeiam entre a notícia do “arrastão” e a notícia de que o “arrastão” nunca existiu, os *media* viveram numa situação de perplexidade – isto é de necessidade de reverem as suas tipificações, rotinas e visões do mundo – atitude que só foi levada até às suas últimas consequências por aqueles que admitiram hipóteses diferentes, ou seja que revelaram sensibilidade para descobrir uma explicação diversa. Alguns jornais que caíram no erro de um relato precipitado questionaram através de jornalistas seus, algumas

das suas práticas e publicaram peças esclarecidas sobre esta matéria.

Em “The Stranger” (1976: 91-105), o fenomenólogo Alfred Schutz faz questão de afirmar que o conhecimento do mundo do senso comum, próprio de uma comunidade bem integrada, possui uma aparência de coerência, clareza e consistência para os que dele participam, embora muitas vezes esteja apenas coberto por um manto de suposições e de ignorância. Ao utilizar o termo “aparência”, introduz-se o carácter convencional das certezas que integram o mundo da vida. Simultaneamente, introduz a figura do “estranho” como alguém que é débil na assimilação destas certezas.

Vítima de uma experiência de desenraizamento semelhante à de Schutz, Bauman (exilado pelas autoridades do seu país, a Polónia) conduziu a problemática da estranheza ao seu limite, demonstrando como esta se coloca num espaço vulnerável para as tentativas de desconsideração da identidade. Pertencentes à família incómoda dos indefiníveis, os “estranhos” envenenam o conforto da ordem, paralisando o exercício da possibilidade classificatória. Permanecem, deste modo, não como inclassificados mas como inclassificáveis. Têm todas as marcas do inimigo, mas, ao contrário dos inimigos, não são mantido a uma distância segura: encontram-se entre nós e reivindicam até o direito de ser objecto de responsabilidade, o que é um atributo apenas reconhecido ao amigo (Bauman, 1995: 66 e 68).

Os “estranhos” querem ser idênticos, mas não conseguem. Querem diferenciar-se mas pagam as consequências dessa diferença passo a passo na escola, na política, no desporto, na família. Eventualmente, são estigmatizados como uma falha – isto é, denunci-

ados como diferentes que se ocultam. Continuam dramaticamente a proclamar a sua ausência de diferença até serem pacificamente exterminados ou envoltos numa manta de assimilação. Recusando-se a ficar confinados a uma terra longínqua, entram no mundo da vida sem convite. De qualquer forma, não “nos pertencem”. O seu olhar sobre a identidade é vítima de um desenraizamento e de uma contingência que só ocasionalmente se pode tornar cultural e politicamente produtivo.

Sujeita às diversas conjunturas favorecedoras da instabilidade que parece percorrer, insaciável, na nossa modernidade tardia, a identidade afirma-se, no caso dos “estranhos” como algo que eles abraçam no futuro, como um ideal a atingir ou como algo com o qual têm, por vezes, uma relação desesperada e que se abraça num desejo que transcende toda a racionalidade. Com efeito, “quando a identidade perde as âncoras que a faziam parecer “natural”, pré-determinada e negociável, a “identidade” torna-se cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um “nós”” (Bauman, 2004. 30). Homens sem qualidade e sem vínculo, os estranhos liquefazem-se ou cristalizam-se em novas figuras que preenchem o esvaziamento das suas raízes identitárias.

O caso do “Arrastão” mostrou a dificuldade em lidar com a estranheza que hoje habita a Metrópole portuguesa. Os debates que se verificaram e as representações sociais que transpareceram nos discursos mediáticos traçaram uma divisão na sociedade portuguesa entre aqueles que, preparados ou não, admitem a estranheza que hoje faz parte da identidade portuguesa como algo que faz dela parte, que é incontornável; e os que, de-

finitivamente, apresentam maiores dificuldades em absorver esta ideia.

6 O jornalismo e as realidades múltiplas: conclusão

O problema do arrastão e a incomodidade que o olhar sobre esta representação “desasturada” coloca-nos diante de alguns problemas. Será que nos *media* há espaço para uma representação do estranho? A necessidade de ter em conta a relação com a estranheza é fundamental para uma reflexão sobre as formas de inclusão e de exclusão em democracia, e conseqüentemente, da “função” integradora e socializadora que os *media* são convidados a desempenhar. A problemática sociológica das identidades e a problemática política e comunicacional do papel dos *media* nas sociedades complexas têm um dos seus ângulos mais delicados na análise crítica das representações sociais das identidades. Porém, a resposta passa por uma compreensão epistemológica do que é o jornalismo e das possibilidades que esta forma especial de enunciado contém. Nada seria mais desagradável do que promover uma mobilização do jornalismo em nome do politicamente correcto, como se as crises dos cartoons ou outras similares exigissem uma nova polícia que exercesse a sua censura em nome da liberdade e do multiculturalismo.

No que respeita ao jornalismo, é possível desenvolver a ideia de que potencialidades para o desempenho de um caminho particularmente profícuo que aliás coincide com uma certa racionalidade que é própria ao campo: manter a sensibilidade em relação ao que é estranho, manter-se aberto à multiplicidade de realidades que tocam o mundo

da vida sócio-cultural. O imperativo da diversidade é de natureza ética, política e deontológica, mas também é constitutivo da própria maneira de conhecer típica do jornalismo, sem que pareça obrigatório que lhe seja aduzida a adjectivação de “público” ou “cívico”. É esse traço que permite o confronto do mundo da vida marcado pela familiaridade e tipicidade com o espaço de reflexividade e de abertura que denominamos de esfera pública. Só quando aceitam jogar segundo as regras reguladoras do discurso moderno, as identidades reingressam no plano ético-político da luta pelo reconhecimento. Esta desenvolve-se, em larga medida, num espaço público mediatizado.

No plano dos *media*, julga-se entender a existência de um espaço considerável para reflectir sobre as realidades múltiplas do mundo da vida social, estabelecendo a relação com a vivência das identidades e a configuração do espaço público na modernidade tardia.

De um lado, é comum olhar a informação generalista como associada ao mundo da atitude natural. O jornalismo escolhe como objectivo principal, a capacidade de se relacionar com a percepção mais óbvia e evidente do que é olhado como relevante. Dar a notícia consiste em atribuir relevância a temas da realidade actual que sejam atraentes para a comunidade. Para esse efeito, utiliza-se um enquadramento que possa ser compreendido pelo maior número possível de receptores e que seja, idealmente, olhado como passível de ser lido e assimilado independentemente das diferentes opções políticas e formação cultural dos seus membros. A preocupação evidenciada pelo estilo jornalístico em tornar as narrativas facilmente compreensíveis e reconhecíveis estaria associada a esta busca de

uma sintonia ideal com a vida quotidiana dos seus cidadãos.

A relação entre as instituições noticiosas e a sociedade revela uma estrutura imamente aos enunciados jornalísticos que mantém uma certa relação com o senso comum e que ajuda a orientar os consumidores na sua relação com o mundo. O profissionalismo jornalístico – destinado a produzir um tipo de relato assente em pressupostos aceitáveis por todos – implica que os *media* sobrevivem operando dentro das fronteiras do que é admitido socialmente, reproduzindo os significados objectivamente partilhados.

Na perspectiva fenomenológica da construção social da realidade, analisa-se um recurso às tipificações da experiência que são socialmente objectivadas, na medida em que se tornam componente de um *a priori* social. É aqui que os *media* se tornam especialmente importantes na distribuição do conhecimento socialmente disponível. A construção de tipificações é uma espécie de cristalização da experiência que permite conferir estabilidade à vida social. (Schutz, 1976: 72).

Apesar de tudo, seria uma estultícia reduzir esta perspectiva do jornalismo uma perspectiva unilateral:

Um olhar mais atento, mostra, assim, como o *medium* de massa se torna um espaço do estabelecimento de transições mais ou menos bruscas com outras realidades diferentes da vida quotidiana. Apesar das enormes preocupações por parte de jornalistas, editores e proprietários em fazerem um produto isento de complexidades, que confirme as tipificações socialmente aceites no mundo da vida quotidiano, apesar da tendência para construir o mundo com base na experiência e em rotinas quotidianamente adquiri-

das, os *media* de massa encontram-se numa posição ambígua e reflectem as profundas contradições no seio do campo: imperativos concorrenciais cada vez mais agressivos, desejo de responder às audiências, fragmentação do mercado, imperativos deontológicos, cultura profissional, rotinas e disputas simbólicas entre fontes dotadas de acesso desigual entram em tensão.

As informações noticiosas estão longe de se reduzirem a um retrato do mundo. Porém, não são apenas suportes ideológicos dos sistemas hegemónicos de pensamento. Afirmam-se como lugares plurais de produção de estratégias que visam reformular o processo social. Em vez dos percursos lineares, unívocos e incontestáveis, chamam a atenção para caminhos estreitos e árduos onde fluem possibilidades erráticas, mal definidas, “estranhos” inclassificáveis que emergem no actual contexto de fragmentação da sociedade e do espaço público. Os *media* são, finalmente, a causa de contactos que transcendem a realidade – padrão do mundo da vida, nomeadamente ao nível de coordenadas espaço-temporais mais directas. São, também, a forma mais imediata de permitir que vastas camadas das suas audiências se relacionem com províncias de significado finito que transcendem o mundo da vida quotidiano. Ao lado de temas que dizem respeito à vida quotidiana, podem surgir um economista que introduz a seriedade adequada ao momento financeiro, um cientista que introduz a eventualidade de uma nova cura, ou um escritor que fala da sua experiência criativa ou, até, um profeta que fala da experiência mística. Estes momentos originam as rupturas e as deslocções de significação que permitem a referida transição para outras províncias de significado finito

– transições estas que Schutz reconhece serem acompanhadas por sobressaltos e implicarem mudanças bruscas de estilos cognitivos.

O *medium* de massa de tipo generalista, apesar de reflectir um certo olhar mediano, é confrontado com o contacto com mundos da vida diferenciados, ou com realidades que se distanciam do mundo da vida do leitor médio: submundos, minorias, identidades ocultas, temas pouco usuais (pelo menos para as prioridades do chamado leitor comum), países longínquos são convocados diariamente para estas formas de expressão comunicativa curiosamente chamadas, até há pouco tempo, por “quotidianos”.

Os *media* são, assim, responsáveis pela emergência, ao lado do “homem da rua”, do “cidadão bem informado”, o qual é um tipo social que ganha uma importância relevante na estruturação das democracias modernas e do espaço público contemporâneo. O homem da rua tem uma relação pragmática com o mundo da vida e recorre a receitas típicas para obter resultados idênticos em situações típicas. O cidadão bem informado, por sua vez, identifica-se com o espaço público democrático, um conceito que, apesar de não estar explicitamente presente na obra de Schutz, deve ser olhado como uma província de significado. O cidadão bem informado é um cidadão que tem opiniões razoavelmente fundadas (Cfr. Schutz, 1976: 22). Podemos talvez encontrar, assim, no jornalismo, os traços de um movimento de oscilação: oscilação entre um mundo da vida marcado pela tipicidade e pela familiaridade, onde as identidades se mantêm encerradas nas suas concepções relativamente naturais do mundo, surgindo reciprocamente como estranhas, e outras reali-

dades múltiplas, onde se assiste a uma reflexividade crescente por intervenção de sistemas de linguagem diferenciados. Dentre estas províncias, uma delas, o espaço público, surge como o espaço da política onde as identidades e respectivas pretensões de validade se afirmam reciprocamente na luta pelo reconhecimento.

O que aqui é dito tem a ver com a própria natureza da comunicação de massa: obter um exclusivo e dar uma notícia em primeira-mão é introduzir e sobressalto na vida quotidiana. Sob o ponto de vista estilístico, é possível afirmar o mesmo, com o recurso a rotinas e estereótipos que conferem uma certa estabilidade às leituras que os jornalistas fazem da realidade social. O género jornalístico que melhor se coaduna com a vida quotidiana é o discurso factual, conciso que proclama “*facts, nothing but the facts*”. A crítica aos mitos da objectividade jornalística diz sobretudo respeito à forma como esta linguagem predominantemente denotativa se associa com as evidências quotidianas, prescindindo de qualquer investigação. Porém, o tipo de relato factual acima descrito é uma metonímia do discurso jornalístico: supõe uma parte para se referir ao todo. Na leitura de um jornal encontramos a reflexividade ciosa e intimista do intelectual ou até do cientista, a linguagem ponderada e rigorosa da divulgação científica (quando esta é empreendida de modo correcto), o apelo à mobilização cívica, à mobilização patriótica (tão frequente na linguagem da imprensa desportiva), à indignação moral (frequente na linguagem sensacionalista), numa proliferação de géneros em que convivem usos cognitivos, imperativos e prescritivos da linguagem.

A análise da imprensa e das notícias pode resultar também de um estudo acerca da

forma como as múltiplas realidades se refletem nos enunciados, quais os estilos predominantes na abordagem de uma certa realidade e quais os dispositivos retóricos e estratégias discursivas que lhe estão associados, quais os personagens e as acções que habitam as “estórias” exemplares que retratam cada realidade específica. Neste sentido se dirigem também um conjunto de investigações que apontam para o recurso a conceitos introduzidos pelo linguista russo Mikhail Bakhtin, como sejam os de dialogismo e heteroglossia. Estes conceitos remetem para a pluralidade de vozes que se dão a conhecer no interior de textos e enunciados, apontando para a linguagem como espaço de intensa luta ideológica, onde ressoam uma pluralidade de discursos e palavras estranhas, movida por intenções e por constrangimentos sociais sistémicos diversificados, com material retórico heterogéneo que intervém nos diversos géneros discursivos (Downing, 2001: 47; Bakhtin, 1981: 297; Gardiner, 2004: 28). Isto, como será facilmente demonstrável, torna-se mais evidente no mundo feérico da televisão.

Segundo esta hipótese, talvez a força do jornalismo, nas sociedades marcadas pela contingência, diga respeito à sua capacidade de criar um espaço de diálogo comum – um espaço de visibilidade mediática – que permita a transição entre realidades múltiplas, estabelecendo pontes entre o cidadão vulgar e outras províncias de significado que exigem um grau de perícia, de capacidade crítica ou esforço imaginativo que ultrapassam o pragmatismo da atitude natural. Isto é válido para províncias de significado como sejam a ciência, a cultura e a intervenção cívica, ou a aproximação de identidades diferenciadas. Nesse sentido, o jornalismo pode

ser essencial para trazer o que é longínquo para o quotidiano, regulando a presença da diferença nesse quotidiano, tornando-a aceitável, ao mesmo tempo que nos torna mais sensível à sua estranheza. Essa vocação e este sentido epistemológico que lhe é próprio carece de determinadas práticas, seja sob o ponto de vista deontológico, seja sob o ponto de vista da competência retórica e comunicacional. Porém, estas só serão compreendidas não por qualquer determinação voluntarista normativa porque encontram a sua razão de ser na compreensão da epistemologia desta forma particular de relatar o mundo.

7 Bibliografia

- Bauman, Zygmunt (1995), *Modernidade e Ambivalência*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- Bauman, Zygmunt (2005), *Identidade*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor
- Bakhtin, Mikhail (1981), *The dialogic imagination*, Austin: The university of Texas Press.
- Downing John D. H. (2001), *Radical Media: rebellious communications and social movements*, Thousand Oaks, London, New Delhi; Sage Publications.
- Gardiner, Michael (2004): “Wild publics and grotesque symposiums: Habermas and Bakhtin on dialogue, everyday life and public sphere”, in Crossley, Nick e Roberts, John Michael (Eds.), *After Habermas: new perspectives on public sphere*, Oxford, Blakwell Publishing.
- Giddens, Anthony (1997), *Modernidade e Identidade pessoal*, Oeiras, Celta.

- Santos, Boaventura Sousa (1994), *Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade*, Porto Afrontamento.
- Saperas, Enric (1993), *Efeitos cognitivos da comunicação de massa*, Lisboa, ASA.
- Schutz, Alfred e Luckmann, Thomas (1973), *The structures of the life-world*, Volume 1, Evanston, IL, Northwestern University Press.
- Schutz, A, (1976) *Collected Papers*, II, The Hague, Martinus Nijhoff.
- Schutz, Alfred (1975) *Collected Papers*, III, The Hague, Martinus Nijhoff.